

A teoria política do populismo¹

Nadia Urbinati²

Resumo: Populismo é o nome de um fenômeno global cuja precariedade de definição é proverbial. De linguagem e o conteúdo imbuídos da cultura política da sociedade em que surge, resiste a generalizações e torna os estudiosos da política comparativistas. Na democracia, o populismo consiste na transmutação dos da maioria e do povo de uma forma que visa celebrar um subconjunto do povo em oposição a outro, por meio de um líder que o incorpora e uma audiência que o legitima. Isso pode fazer o populismo colidir com a democracia constitucional, mesmo que seus princípios fundamentais estejam inseridos no universo democrático de significados e linguagem. Neste artigo, ilustro o caráter contextual do populismo e como suas aparências cíclicas refletem as formas do governo representativo. Eu reviso as principais interpretações contemporâneas do conceito e argumento que existe certo acordo básico na atualidade sobre o caráter retórico do populismo e sua estratégia para alcançar o poder em sociedades democráticas. Por fim, esboço as principais características do populismo no poder e explico como ele tende a transformar os fundamentos da democracia: o povo e a maioria, as eleições e a representação.

Palavras-chave: Audiência; Representação direta; Fascismo; Princípio da maioria; Democracia populista; Democracia representativa.

¹ Texto publicado originalmente na *Annual Review of Political Science*, 2019, v. 22, pp. 111-127. Tradução Javier Amadeo e Guilherme Tadeu de Paula.

² Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de Columbia (Nova York, Estados Unidos). Agradeço a Nancy Rosenblum e aos participantes do Workshop de Filosofia Política na Universidade de Brown por seus comentários úteis sobre uma versão inicial deste texto.

POLITICAL THEORY OF POPULISM

Abstract: Populism is the name of a global phenomenon whose definitional precariousness is proverbial. As its language and content are imbued with the political culture of the society in which it arises, it resists generalizations and makes scholars of politics comparativist by necessity. In democracy, populism consists in a transmutation of principles of the majority and the people in a way that is meant to celebrate one subset of the people as opposed to another, through a leader embodying it and an audience legitimizing it. This may make populism collide with constitutional democracy, even if its main tenets are embedded in the democratic universe of meanings and language. In this article, I illustrate the context-based character of populism and how its cyclical appearances reflect the forms of representative government. I review the main contemporary interpretations of the concept and argue that some basic agreement now exists on populism's rhetorical character and its strategy for achieving power in democratic societies. Finally, I sketch the main characteristics of populism in power and explain how it tends to transform the fundamentals of democracy: the people and the majority, elections, and representation.

Keywords: Audience; Direct representation; Fascism; Majority principle; Populist democracy; Representative democracy.

Introdução

O tópico do populismo tornou-se cada vez mais visível e importante na experiência política contemporânea, embora a teoria política ache difícil lidar com ele. O populismo não é novo. Surgiu junto com o processo de democratização no século XIX, e, desde então, suas características e formas refletiram os modos da democracia que desafiou. O que é novo hoje é a intensidade e simultaneidade de sua manifestação em quase todos os países governados por uma democracia constitucional. De Caracas a Budapeste, de Washington a Roma, qualquer compreensão da política precisa levar em conta um fenômeno que até recentemente era

estudado como uma subespécie do fascismo³ e relegado às margens do Ocidente, essencialmente à América Latina.⁴ Outra novidade é sua recepção entre estudiosos e cidadãos. De fato, enquanto até o final do século XX o interesse pelo populismo era mais forte entre aqueles que o viam como um problema,⁵ neste novo século estudiosos e cidadãos começaram a concebê-lo não apenas como um sintoma de declínio das instituições representativas, mas também como uma oportunidade para rejuvenescer a democracia.⁶ No entanto, o termo populismo ainda é empregado muito mais polemicamente do que analiticamente, muitas vezes para marcar e estigmatizar movimentos e líderes políticos⁷ ou como um marcador daqueles que o usam com a intenção de reivindicar o modelo liberal-democrático como a única forma válida que a democracia pode assumir.⁸ Finalmente, especialmente após o referendo sobre o Brexit (23 de junho de 2016), políticos e especialistas da mídia listaram como populistas todos os movimentos de oposição, de nacionalistas xenófobos a críticos das políticas neoliberais, como se “populista” se aplicasse a todos aqueles que não governam diretamente e que criticam os

³ SHILS, E. 1956. *The Torment of Secrecy*. Glencoe: Free Press; GERMANI, G. *Authoritarianism, Fascism, and National Populism*. New Brunswick: Transaction Books, 1978; GRIFFIN, R. The “post-fascism” of Alleanza Nazionale: a case study in ideological morphology, *Journal of Political Ideologies*, v. 1, n. 2, pp. 123-45, 1996.

⁴ FINCHLSTEIN, F. *From Fascism to Populism in History*. Oakland: University California Press, 2017; TRAVERSO, E. *Les nouveaux visages du fascisme*. Paris: Textuel, 2017; FINCHLSTEIN, F.; URBINATI, N. On populism and democracy, *Populism* v. 1, n. 1, pp. 1-24, 2018.

⁵ TAGUIEFF, P-A. Populism and Political Science: from Conceptual Illusions to Real Problems, *Vingtième Siècle Revue d'histoire*, v. 56, n. 4, pp. 4-33, 1997; TAGGART, P. *Populism*. London: Open University Press, 2000; MÉNY, Y.; SUREL, Y. *Democracies and the Populist Challenge*. London: Palgrave Macmillan, 2002.

⁶ LACLAU, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005a; LACLAU, E. Populism: what's in a name? in PANIZZA, F. (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005b; MOUFFE, C. 2016. The populist moment. Nov. 21, *OpenDemocracy.net*, 2016; FRANK, J. *Constituent Moments: Enacting the People in Postrevolutionary America*. Durham: Duke University Press, 2010.

⁷ D'ERAMO, M. Populism and the new oligarchy [Trans. G. Elliott], *New Left Review*, n. 82, 2013.

⁸ MÜLLER, J-W. *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

governantes, independentemente dos princípios subjacentes à sua crítica.⁹ O efeito colateral dessa abordagem polêmica é fazer a política consistir em governabilidade ou populismo, com o resultado de fazer deste último o nome de todos os movimentos de oposição e a política democrática essencialmente uma questão de gestão institucional.¹⁰

Populismo é um termo ambíguo que escapa a definições precisas e incontestáveis, porque “não é uma ideologia ou um regime político, e não pode ser atribuído a um conteúdo programático específico”¹¹, mas sim uma forma de ação coletiva visando assumir o poder. No entanto, embora o populismo seja “uma maneira de fazer política que pode assumir várias formas, dependendo dos períodos e dos lugares”, ele não pode ser compatível com formas políticas não democráticas, porque se apresenta como uma tentativa de construir um sujeito coletivo por meio do consentimento e de questionar a ordem social em nome dos interesses da maioria.¹² De acordo com o *Oxford English Dictionary*, o populismo “se esforça para atrair pessoas comuns que sentem que suas preocupações são desconsideradas por grupos da elite estabelecidos”. No entanto, enquanto a interpretação populista do povo enfatiza a inclusão de muitos “comuns”, essa inclusão ocorre por meio de um processo paralelo de exclusão: o *establishment* político é a externalidade contra a qual o “povo” do populismo se posiciona e sem a qual o populismo não pode existir. Assim, independentemente da conotação ideológica que possa ter o apelo ao povo, à direita ou à esquerda, vou argumentar que o populismo é estruturalmente marcado por uma parcialidade radical na interpretação do povo e da maioria; isso implica que, se um movimento populista chega ao poder, pode ter um impacto desfigurante nas instituições, no estado de direito e na divisão de poderes que conformam a democracia constitucional. Com efeito, pode levar a democracia constitucional até suas fronteiras extremas e abrir a porta para soluções autoritárias e até

⁹ MOUNK, Y. *The People versus Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

¹⁰ RIKER, W. R. *Liberalism against Populism: A Confrontation Between the Theory of Democracy and the Theory of Social Choice*. Long Grove: Waveland, 1982.

¹¹ MOUFFE, C. The populist moment. Nov. 21, *OpenDemocracy*, 2016.

¹² *Ibidem*.

mesmo para a ditadura; o paradoxo é que, caso essa mudança de regime ocorresse, o populismo seria destituído. O destino do populismo está ligado ao da democracia, e “o fato de *nunca* acontecer completamente [é] parte de sua performance”¹³; portanto, alguns estudiosos empregaram a metáfora de um parasita para explicar sua relação peculiar com a democracia.¹⁴ Qualquer que seja a analogia, embora seja profundamente contextual e suas manifestações e impactos dependam da cultura política, social e religiosa do país, o populismo é mais do que um fenômeno historicamente contingente e um movimento de contestação; ele pertence às transformações da democracia moderna. Esse é o ponto de referência para qualquer abordagem teórica. Portanto, embora “simplesmente não tenhamos nada como uma *teoria* do populismo”¹⁵, os teóricos políticos podem ganhar com sua ligação endógena com a democracia, cujos fundamentos normativos e procedimentos são muito familiares para nós.

O populismo não é um regime próprio. Seu estilo e teor são derivados da democracia: um tipo de democracia que se baseia na representação e na constituição; que utiliza eleições junto com, ocasionalmente, formas diretas de voto popular, como o referendo e o plebiscito; e cujo espaço político é construído por associações baseadas em questões e filiações partidárias, não apenas em atores individuais e eleições. O populismo surge na esfera da opinião e questiona todas essas características da democracia. Mais especificamente, ele explora a percepção de que a política parlamentar e partidária não fornece representação adequada para algumas parcelas-chave da população;¹⁶ questiona a representação eleitoral ou de mandato devido à lacuna que existe entre o povo como princípio de legitimidade e o povo como realidade social real, e, portanto, entre eleitores e eleitos. O populismo quer preencher essa lacuna e fazer do seu povo a medida da justiça política e da legitimidade, porque afirma que essa é a única estratégia

¹³ DERRIDA, J. *Limited Inc.* [Trans. S. Weber]. Evanston: Northwestern University Press, 1988, p. 90.

¹⁴ ARDITI, B. *Politics on the Edges of Liberalism: Difference, Populism, Revolution, Agitation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

¹⁵ MÜLLER, J-W. Towards a Political Theory of Populism, *Notizie Politeia*, v. 107, 2012.

¹⁶ NORRIS, P. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

para respeitar o poder soberano da nação contra seus inimigos internos e externos, como os poderosos, o *establishment*, o capitalismo global, a imigração ou o fundamentalismo islâmico – os fatores determinantes na atual retórica populista de sucesso.¹⁷ O problema é que no populismo o povo não se representa a si mesmo, e os populistas não reivindicam o autogoverno direto; a identidade adversária do populismo é reivindicada por um líder representativo, que mobiliza a mídia para convencer o público de que ele personifica as muitas formas de descontentamento do povo contra a covarde visão dominante dos partidos tradicionais. Laclau argumentou, portanto, que todos os regimes populistas tomam “o nome do líder”.¹⁸ Sem uma narrativa unificadora e um líder afirmando incorporá-la, o populismo não pode alcançar o poder e continua sendo um movimento de contestação contra uma tendência da sociedade que trai alguns princípios democráticos básicos, a igualdade em particular.

No entanto, o populismo é mais do que um estilo retórico e protesto político. Portanto, uma teoria política do populismo deve focar-se no populismo no poder, ou na maneira como o populismo interpreta, usa e muda a democracia representativa, seu principal alvo na experiência contemporânea. A análise do populismo no poder me leva a concluir que, embora seja uma transformação interna da democracia representativa, o populismo pode desfigurá-la ao fazer dos princípios da legitimidade democrática (do povo e da maioria) a posse de uma parte do povo, que um líder forte personifica e mobiliza contra outras partes (minorias e oposição política). O populismo no poder é um majoritarismo extremo.

Na primeira seção, ilustro o caráter contextual do populismo e mostro como suas aparências cíclicas refletem as formas do governo representativo. Na segunda seção, reviso as principais interpretações contemporâneas e argumento que hoje existe certo acordo básico sobre o caráter retórico do populismo e sua estratégia para alcançar o poder nas sociedades democráticas. Com base nesse rico *corpus* de investigações, na última seção esbocei as principais características do populismo no poder e explico como ele tende a transformar os fundamentos da democracia:

¹⁷ SKOCPOL, T.; WILLIAMSON, V. *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism*. New York: Oxford University Press, 2012.

¹⁸ LACLAU, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005a, p. 40.

o povo e a maioria, as eleições e a representação. Essa é a novidade do populismo contemporâneo, que promove uma relação direta entre o líder e o povo, conta com a autoridade superlativa da audiência, e destrói atores intermediários, como partidos e mídia credenciada, bem como regras institucionais, burocracia e agências de monitoramento. Na terminologia de Rosanvallon, o populismo tira proveito dos mecanismos da “política negativa” ou “contrademocracia” que a democracia constitucional garante.¹⁹ Uma democracia populista desafia a democracia partidária e, quando tem sucesso, se estabiliza usando em excesso os meios que a democracia oferece: ela estimula uma mobilização permanente da opinião do povo em apoio ao seu líder no governo, e se possível reescreve a constituição. Como escreve Arato, hoje “o populismo busca ocupar o espaço do poder constituinte”.²⁰

Contextos e comparações

Populismo é o nome de um fenômeno global cuja precariedade de definição é proverbial. Ele resiste a generalizações e converte os estudiosos da política em comparativistas por necessidade, já que sua linguagem e conteúdo estão imbuídos da cultura política da sociedade em que surge. Em alguns países, a representação populista assume traços religiosos, enquanto em outros adota características mais seculares e nacionalistas; em alguns, usa a linguagem do patriotismo republicano, enquanto em outros, a do indigenismo, do nativismo e do mito dos primeiros ocupantes. Em alguns países, enfatiza a clivagem centro-periferia, enquanto em outros a clivagem cidade-campo. No passado, algumas experiências populistas estavam enraizadas na tentativa das tradições agrárias coletivistas de resistir à modernização, à ocidentalização e ao industrialismo, enquanto outras incorporavam um ideal da cultura popular do *self-made man* que valorizava os negócios em pequena escala, e ainda outras reivindicavam a intervenção estatal para administrar a modernização, ou para proteger

¹⁹ ROSANVALLON, P. *La contre-democratie. La politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil, 2006.

²⁰ ARATO, A. How we got here: transition failures, their causes, and the populist interest in the constitution. Oct. 11, *Public Sem*, 2017.

e defender o bem-estar da classe média. A variedade de populismos do passado e do presente é extraordinária, e o que pode ser correto na América Latina não é necessariamente certo na Europa ou nos Estados Unidos; o que é verdade na Europa do Norte e Ocidental pode não se aplicar às áreas do Leste ou do Sul do Velho continente. O que Berlin escreveu sobre o Romantismo pode ser dito sobre o populismo: “[Sempre que] alguém buscar uma generalização” do fenômeno (mesmo que seja “inócua”), “sempre será encontrado alguém que irá produzir evidência em contrário”²¹. Isso deve ser suficiente para nos proteger contra a *hubris definitoria*.

No entanto, a importância do populismo não depende de sua capacidade de ser traduzido em uma ideia clara e distinta. É um movimento que escapa às generalizações, mas é tangível e capaz de transformar a vida e o pensamento das pessoas e da sociedade que o envolvem. Como os estudiosos na conferência de 1967 na London School of Economics mostraram com suas análises interdisciplinares pioneiras do “populismo global”, o populismo é um componente do mundo político em que vivemos e expressa uma transformação do sistema político democrático.²² Talvez não possamos dizer do populismo o que Berlin disse com tanta confiança do Romantismo: que é “uma transformação gigantesca e radical, após a qual nada mais foi o mesmo”²³. No entanto, podemos dizer que o populismo é parte do fenômeno “gigantesco” e global chamado democracia, e que seu núcleo ideológico é alimentado pelas duas entidades principais, *ethnos* e *demos* (a nação e o povo), que concretizaram a soberania popular na era da democratização, a partir do século XVIII. O que faz o populismo a uma sociedade democrática (e os traços que ele deixa) provavelmente mudará tanto o estilo quanto o conteúdo do discurso público, mesmo quando ele não se torna um poder governante ou não muda a constituição. Esse potencial transformador é o horizonte no qual sugiro que situemos uma teoria política do populismo.

Visto que o populismo não pode ser interpretado como um conceito preciso, os estudiosos, corretamente, são céticos com relação a que ele

²¹ BERLIN, I. *The Roots of Romanticism* [ed. H. Hardy]. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 1999, pp. 1-2.

²² BERLIN, I. To define populism, *Government and Opposition*, v. 3, n. 2, 1968, p. 138.

²³ BERLIN, 1999, p. 2.

possa até mesmo ser tratado como um fenômeno distinto, em vez de uma criação ideológica. Essa objeção está bem colocada. No entanto, o simples fato de esse termo ser usado atualmente com tanta persistência na política cotidiana e nas publicações acadêmicas justifica nossa atenção crítica e acadêmica. O estudo do populismo exige que estejamos atentos ao contexto, sem ficarmos presos a ele.

Nos estágios iniciais das pesquisas sobre o populismo, os estudiosos o identificaram como uma reação aos processos de modernização (nas sociedades pré-democráticas e pós-coloniais) e à difícil transformação do governo representativo nas sociedades democráticas.²⁴ O termo populismo surgiu na segunda metade do século XIX, primeiro na Rússia (*narodničestvo*) e depois nos Estados Unidos (Partido do Povo), descrevendo, respectivamente, uma visão intelectual e um movimento ético-político que idealizavam uma sociedade agrária de aldeias comunitárias e produtores individuais contra a industrialização e o capitalismo corporativo. Na Rússia, a primeira voz populista foi a dos intelectuais que imaginaram uma comunidade ideal de camponeses incontaminados, enquanto nos Estados Unidos, foi a voz dos próprios cidadãos que contestaram as elites governantes em nome de sua constituição.²⁵ Este último é, portanto, a primeira instância do populismo como um movimento político que se propõe como o verdadeiro representante do povo dentro de um sistema partidário e de governo.²⁶

Ainda assim, nos Estados Unidos e no Canadá, o populismo não trouxe mudanças de regime, mas se desenvolveu junto com uma onda de democratização política que falava a linguagem da inclusão de grandes camadas da população, numa época em que a *polis* era de fato uma

²⁴ GERMANI, G. *Authoritarianism, Fascism, and National Populism*. New Brunswick: Transaction Books, 1978.

²⁵ HOFSTADER, R. *The Age of Reform*. New York: Knopf, 1956; WALICKI, A. 1969. Russia. In: IONESCU, G.; GELLER, E. (ed). *Populism*. London: Macmillan, 1969; TAGUIEFF, P.-A. Populism and Political Science: from Conceptual Illusions to Real Problems, *Siècle Revue d'histoire*, v. 56, n. 4, 1997.

²⁶ CANOVAN, M. *Populism*. New York/London: Harcourt Brace Jovanovich, 1981; MUDDE, C. The Populist Zeitgeist, *Government and Opposition*, v. 39, n. 3, 2004.

oligarquia eleita.²⁷ Em contextos de democratização, o populismo pode se tornar uma estratégia para reequilibrar a distribuição do poder político entre grupos sociais estabelecidos e emergentes.²⁸

Casos históricos importantes de regimes populistas surgiram nos países latino-americanos. Aqui, o populismo foi capaz de se tornar um poder governante após a Segunda Guerra Mundial e se enfrentou com sentimentos mistos, conforme avaliado no início de sua ascensão ou em seu ápice: como um partido de oposição se mobilizando contra um governo existente ou como um governo em si, e então como um regime em consolidação ou um regime que enfrenta uma sucessão no poder²⁹. Assim como na Rússia e nos Estados Unidos, o populismo da América Latina surgiu numa era da modernização socioeconômica, mas muito mais parecido com o fascismo nos países católicos da Europa, ele liderou o caminho para a modernidade usando o poder do Estado para proteger e empoderar as classes populares e médias, diminuindo a dissidência, domando a ideologia liberal e, ao mesmo tempo, implementando políticas de bem-estar e protegendo os valores éticos tradicionais.

Na Europa Ocidental, o populismo surgiu em regimes pré-democráticos no início do século XX, junto com o expansionismo colonial, a militarização da sociedade coincidindo com a Primeira Guerra Mundial, e o crescimento do nacionalismo étnico, que, em resposta a uma depressão econômica, desvelou as divisões ideológicas existentes sob o mito de uma nação abrangente.³⁰ Na Europa pré-democrática, a resposta do populismo à crise do governo representativo traduziu-se na promoção de regimes fascistas.

O populismo se tornou o nome de uma forma de governo após o colapso do fascismo na América Latina. Desde então, como forma política

²⁷ MACPHERSON, C. B. *Democracy in Alberta: The Theory and Practice of a Quasi-Party System*. Toronto: University Toronto Press, 1953; CANOVAN, M. *Populism*. New York/London: Harcourt Brace Jovanovich, 1981; KAZIN, M. *The Populist Passion: An American History*. New York: Basic Books, 1995.

²⁸ URBINATI, N. *Democracy and Populism, Constellations*, v. 5, n. 1, 1998.

²⁹ DE LA TORRE, C. *Populist Seduction in Latin America*. Athens: Ohio State University Press, 2010.

³⁰ IONESCU, G.; GELLER, E. (eds.). *Populism*. London: Macmillan, 1969.

situada entre o governo constitucional e a ditadura, apresenta semelhanças de família com sistemas políticos opostos, como a democracia e o fascismo. Hoje, o populismo cresce tanto em sociedades em consolidação democrática quanto em sociedades plenamente democráticas, embora tome sua forma mais madura e incômoda na democracia representativa constitucional, que é o seu verdadeiro alvo. Como uma tendência geral a ser traçada a partir desses diferentes contextos, podemos dizer que o populismo desafia o governo representativo desde dentro, eventualmente vai além da denúncia e quer reformular substancialmente a democracia como um novo regime político. Ao contrário do fascismo, no entanto, o populismo não suspende as eleições livres e competitivas, nem nega seu papel legítimo. Na verdade, a legitimidade eleitoral é uma dimensão definidora fundamental dos regimes populistas.³¹

Interpretações

Os estudos contemporâneos sobre populismo podem ser divididos em dois grandes grupos: um mais atento às circunstâncias ou condições sociais do populismo e outro interessado principalmente na sua natureza e características políticas. O primeiro é o domínio da história política e dos estudos sociais comparados; o último de teoria política e história conceitual.

Os estudos que se preocupam com as condições e desenvolvimentos específicos do populismo são céticos quanto à confiabilidade da teorização a partir de casos empíricos.³² Para os estudiosos do populismo, como para os da democracia, a experiência sócio-histórica é essencial para compreender os subtipos de uma categoria ampla. No entanto, com o populismo, ao contrário da democracia, é difícil encontrar acordo sobre o significado da

³¹ PERUZZOTTI, E. Populism in democratic times: populism, representative democracy and the debate on democratic deepening. In: DE LA TORRE, C.; ARNSON, C. J. (eds.). *Latin American Populism in the Twenty-First Century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2013; FINCHELSTEIN, F. *From Fascism to Populism in History*. Oakland: University California Press, 2017.

³² MURILLO, M. V. La historicidad del pueblo y los límites del populismo, *Nueva Sociedad*, Marzo-Abril, 2018.

categoria; populismo é um conceito ambíguo que não corresponde a um regime político específico. Consequentemente, os subtipos de populismo que a análise histórica produz inserem os estudiosos dentro do contexto que estudam, com o paradoxo de que cada subtipo se torna um caso único. Como resultado se têm muitos populismos, mas nenhum populismo. O que a análise histórico-social ganha em sua profundidade de estudo das várias experiências perde em generalização e critérios normativos para julgar essas experiências. Uma integração teórica da análise contextual é, portanto, necessária.

Uma tentativa inicial de combinar análise contextual e generalização conceitual é encontrada na taxonomia das variações de tipos e subtipos de populismo em relação a condições culturais, religiosas, sociais, econômicas e políticas. Essa taxonomia é objeto de um importante *corpus* de trabalho representado pelo volume editado por Ionescu e Gellner³³, bem como pelos ensaios fundamentais de Canovan, trabalhos pioneiros no estudo do populismo.³⁴ O trabalho de Canovan baseia-se em uma ampla gama de análises sociológicas inspiradas em Gino Germani³⁵ e Torcuato di Tella³⁶. Esses dois estudiosos argentinos (o primeiro um exilado da Itália fascista) foram os precursores na concepção de uma categoria descritiva de populismo para explicar como, em sociedades que não são Estados-nação, construir o povo é a tarefa que torna o populismo um projeto funcional.³⁷ Para Canovan, a relação com os regimes políticos e a concepção do povo são, portanto, os dois pontos de referência básicos

³³ IONESCU, G.; GELLER, E. (eds.). *Populism*. London: Macmillan, 1969.

³⁴ CANOVAN, M. *Populism*. New York/London: Harcourt Brace Jovanovich, 1981; CANOVAN, M. "Trust the People!" Populism and the Two Faces of Democracy, *Political Studies*, v. 47, n. 1, 1999; CANOVAN, M. Taking Politics to the Pople: Populism as the Ideology of Democracy in MÉNY, Y.; SUREL, Y. (eds.) *Democracies and the Populist Challenge*. London: Macmillan Palgrave, 2002; CANOVAN, M. *The People*. Cambridge: Polity, 2005.

³⁵ GERMANI, G. *Authoritarianism, Fascism, and National Populism*. New Brunswick: Transaction Books, 1978.

³⁶ DI TELLA, T. Populism and Reform in Latin America. In: VÉLIZ, C. (ed.) *Obstacles to Change in Latin America*. London: Oxford University Press, 1970.

³⁷ LACLAU, E. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: Verso, 2011.

que os estudiosos precisam para interpretar as próprias condições e circunstâncias do populismo. Canovan traz estudos sobre populismo para um domínio fundamentalmente teórico e normativo, relacionado a questões de legitimidade política.

As teorias do populismo de que dispomos hoje seguem duas direções principais: alcançar uma teoria minimalista e conceber uma teoria máxima. A primeira visa aprimorar as ferramentas de interpretação que nos permitem reconhecer o fenômeno quando o vemos – examinar algumas condições mínimas dos vários casos de populismo para fins analíticos. A última tem mais do que uma função analítica e, de fato, reivindica uma validade efetiva, pois oferece aos cidadãos um modelo que eles podem seguir para construir um sujeito coletivo capaz de conquistar a maioria e governar. Particularmente em tempos de crise institucional e de declínio da legitimidade dos partidos tradicionais, esse projeto pode desempenhar um papel político e remodelar uma ordem democrática existente.

Uma teoria minimalista do populismo

Dentro da teoria minimalista, incluímos todas as interpretações do populismo que analisam seus tropos ideológicos, seu estilo de política em relação ao aparato retórico e à cultura nacional e as estratégias imaginadas pelos líderes para alcançar o poder. O objetivo desse esforço é evitar julgamentos normativos para buscar uma compreensão sem preconceitos e ser o mais inclusivo possível de todas as experiências de populismo. Mudde foi quem mais contribuiu para definir o quadro ideológico dentro desse minimalismo não normativo.³⁸ Ele afirma que o populismo se parece com “uma ideologia delgada que considera a sociedade, em última análise, separada em dois grupos homogêneos e antagônicos [...] e que argumenta que a política deve ser expressão da vontade geral do povo”³⁹. Capazes de transpor a divisão esquerda/

³⁸ MUDDE, C. The Populist Zeitgeist, *Government and Opposition*, v. 39, n. 3, 2004; MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. Populism and (Liberal) Democracy: a Framework for Analysis. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

³⁹ MUDDE, C. The Populist Zeitgeist, *Government and Opposition*, v. 39, n. 3, 2004, p. 543.

direita, os movimentos são populistas em razão de sua avaliação moral maniqueísta da política, graças à qual elevam a “*volonté générale*” de Rousseau e rebaixam o respeito liberal pelos direitos civis, e pelos direitos das minorias em particular. Nem a representação, nem o papel do líder, nem a radicalização da maioria figuram nessa versão minimalista.⁴⁰ No entanto, a contraposição ideológica entre muitos honestos e poucos corruptos não é exclusiva da retórica populista. Vem de uma tradição republicana que remonta à Roma antiga, cuja política era estruturalmente baseada em um dualismo entre o povo e a elite, e na desconfiança popular nessa elite.⁴¹ Além disso, embora com intensidades diferentes, o dualismo “nós bons”/“eles maus” é o motor de todas as formas de agregação partidária; claramente, um certo estilo populista pode ser detectado em quase todos os partidos, principalmente quando eles radicalizam suas reivindicações perto das eleições.

Enfatizar o “estilo político”⁴² nos torna capazes de cruzar “uma variedade de contextos políticos e culturais”⁴³, mas podemos perder o que é peculiar ao populismo *vis-à-vis* à democracia. As abordagens ideológicas e estilísticas não estão suficientemente atentas aos aspectos institucionais e procedimentais que qualificam a democracia, dentro da qual o populismo emerge e opera. Essas abordagens diagnosticam o surgimento da polarização entre muitos e poucos, mas não explicam o que torna a posição *antiestablishment* do populismo diferente da que encontramos no paradigma republicano, na política de oposição tradicional e no partidarismo democrático.

É o que a terceira trajetória interna à abordagem descritiva é capaz de fazer, ao entender o populismo principalmente como um movimento estratégico que destaca a estrutura partidária, a manipulação

⁴⁰ MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. Populism and (Liberal) Democracy: a Framework for Analysis. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 206-8.

⁴¹ MCCORMICK, J. P. *Machiavellian Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

⁴² KAZIN, M. *The Populist Passion: An American History*. New York: Basic Books, 1995, p. 5.

⁴³ MOFFITT, B. *The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016, p. 3.

de instituições e procedimentos e o papel do líder, tudo em vista de alcançar o poder governante conquistando o consentimento da maioria.⁴⁴ De acordo com Weyland, o populismo é “mais bem definido como uma estratégia política por meio da qual um líder personalista busca ou exerce o poder do governo com base no apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de um grande número de seguidores, em sua maioria desorganizados”⁴⁵. Apesar de seu discurso de base, o populismo se reduz à manipulação das massas pelas elites; além disso, embora apontado como um golpe contra a corrupção da maioria existente, pode previsivelmente terminar acelerando em vez de curar a corrupção, porque, uma vez no poder, o regime populista precisa distribuir favores e usar os recursos do Estado para proteger sua coalizão/maioria ao longo do tempo. O populismo no poder é uma forma de “democracia delegativa”⁴⁶, uma gigantesca máquina de favores nepotistas com uma propaganda orquestrada que imputa a dificuldade em cumprir promessas a uma conspiração nacional e internacional todo-poderosa. Essa abordagem estratégica é persuasiva e abrangente, embora não vincule o populismo diretamente a uma transformação da democracia. Julga o sucesso da estratégia pelos resultados que produz, mas não dispõe de critérios normativos que avaliem o seu impacto nas instituições e procedimentos democráticos.⁴⁷ Além disso, como o sucesso eleitoral é parte integrante da democracia e todos os partidos aspiram a uma maioria grande e duradoura, ainda não está claro o que torna o populismo tão diferente e, além disso, arriscado para a democracia representativa.

⁴⁴ KNIGHT, A. Populism and Neo-populism in Latin America, especially Mexico, *Journal of Latin American Studies*, v. 30, n. 2, 1998.

⁴⁵ WEYLAND, K. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics, *Comparative Politics*, v. 24, n.1, 2001, p. 14.

⁴⁶ O'DONNELL, G. Delegative Democracy, *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, 1994.

⁴⁷ PERUZZOTTI, E. Populism in Democratic Times: Populism, Representative Democracy and the Debate on Democratic Deepening. In: DE LA TORRE, C.; ARNSON, C. J. (eds.). *Latin American Populism in the Twenty-First Century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2013.

Uma teoria maximalista do populismo

Uma conexão explícita do populismo com a democracia é o motor da teoria maximalista do populismo, que oferece não apenas uma concepção, mas também um modelo prático para a formação de movimentos e governos populistas. Essa teoria propõe uma concepção discursiva e construtivista do povo. Ela se sobrepõe tanto à concepção ideológica quanto ao momento retórico que enfatiza, mas não vê o populismo como um esquema de um dualismo moral maniqueísta entre o povo e a elite, e converte a própria política no dualismo amigo/inimigo, de Carl Schmitt, capaz de um consenso hegemônico. Laclau⁴⁸, o fundador desta teoria, faz do populismo o próprio nome da política e da democracia, porque é um processo pelo qual uma comunidade de cidadãos se constrói livre e publicamente como um sujeito coletivo (o povo) que resiste a outro coletivo (não popular ou da elite) e se opõe a uma hegemonia existente com o objetivo de tomar o poder. O populismo é a democracia no seu melhor, porque a vontade geral é construída por meio da mobilização e consentimento direto do povo. É também a política na sua melhor expressão, porque emprega apenas dispositivos discursivos e a arte da persuasão.

Esta concepção do populismo mostra como o povo é uma identidade totalmente artificial, um significante vazio que não está alicerçado na estrutura da sociedade e baseado exclusivamente na capacidade de um líder (e seus intelectuais) de explorar a insatisfação de uma variedade de grupos, e mobilizar a vontade das massas cujas reivindicações não são ouvidas pelos partidos políticos existentes e, portanto, carecem de representação adequada. O populismo, portanto, não é simplesmente um ato de contestação da maneira como poucos governam. É uma busca voluntarista de poder soberano por aqueles que as elites tratam como oprimidos, e aspira a tomar decisões relativas à ordem social e política, excluir as elites, e, finalmente, ganhar a maioria e usar o Estado para reprimir, explorar ou conter seus adversários. O populismo expressa ao mesmo tempo a denúncia da exclusão e a construção de uma estratégia

⁴⁸ LACLAU, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005a; LACLAU, E. *Populism: What's in a Name?* in PANIZZA, F. (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005b; LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso, 2001.

de inclusão por meio da exclusão (do *establishment*). É, portanto, um sério desafio à democracia constitucional, que, ao se declarar governo, faz promessas redistributivas com base na igualdade de poder dos cidadãos.⁴⁹

Em uma democracia populista, o domínio da maioria como critério de julgamento e legitimidade desaparece na leitura construtivista do povo, enquanto a política consiste na busca e na formação do poder, em que vencer o conflito político é por si só a medida da legitimidade. Nesse sentido, Laclau⁵⁰ afirmou que o populismo é a demonstração do poder formativo da ideologia e da natureza contingente da política.⁵¹ O populismo torna-se aqui equivalente a uma versão radical da democracia em oposição ao modelo liberal-democrático, que fortalece os partidos tradicionais e debilita a participação eleitoral.⁵²

Uma teoria do populismo no poder

Essas diversas leituras e propostas teóricas lançaram luz sobre alguns momentos essenciais do fenômeno populista, embora tomadas isoladamente permaneçam parciais, pois acentuam um fator e reduzem a complexidade do populismo. As análises do populismo devem supor uma concepção democrática do espaço e do processo político que nos permita não só compreender a formação do sujeito populista, mas também avaliar seu nível de compatibilidade com os fundamentos normativos que fazem

⁴⁹ SAFFON, M. P.; GONZÁLEZ-BERTOMUE, J. F. Latin American Populism: an Admissible Trade-off between Procedural Democracy and Equality?, *Constellations*, v. 24, 2017.

⁵⁰ LACLAU, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005a; LACLAU, E. Populism: What's in a Name? in PANIZZA, F. (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005b.

⁵¹ A maleabilidade do populismo o torna um veículo tão adequado para partidos de direita quanto para os de esquerda. Seu desligamento dos referentes socioeconômicos implica que ele “pode, em princípio, ser apropriado por qualquer agência para qualquer construção política” (ANDERSON, P. *The H-Word: The Periphery of Hegemony*. London: Verso, 2017, p. 96).

⁵² MOUFFE, C. 2005. The ‘End of Politics’ and the Challenge of Right-Wing Populism. In: PANIZZA, F. (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005; ERREJÓN, I.; MOUFFE, C. *Podemos in the Name of the People*. London: Lawrence & Wishrat, 2016.

os procedimentos e instituições democráticas funcionarem legitimamente ao longo do tempo e para todos os cidadãos igualmente. Minha proposta é que utilizemos todas as linhas de interpretação acima mencionadas dentro de um domínio de pesquisa que é sócio-historicamente contextual, mas também político-teórico, e que, além disso, pressupõe uma distinção entre (a) populismo como um movimento de opinião – de oposição, nem sempre interessado em construir um eleitorado representativo e, de forma não incomum, na democracia eleitoral⁵³ – e (b) o populismo como um movimento que se esforça para se tornar um poder governante dentro do Estado.⁵⁴ O estudo do populismo no poder é o objeto que uma teoria da democracia deve tratar com especial cuidado. A ideologia e a construção do discurso preparam uma estratégia para alcançar o poder que um líder (dentro de um partido estabelecido ou recém-formado) e os experts-em-audiência do líder efetivam por meios democráticos. A relação do populismo com a democracia é o principal ponto de discórdia entre os teóricos democráticos; minha afirmação nesta seção final é que o populismo no poder é uma transmutação dos princípios democráticos, embora (ainda) não seja uma saída da democracia.

Central na narrativa do populismo é a retórica *antiestablishment*, mas isso não se refere às elites socioeconômicas e não é baseada em classe nem em dinheiro. Como candidatos, Silvio Berlusconi na Itália e Ross Perot e Donald Trump nos Estados Unidos faziam parte da elite econômica – na verdade eram pessoas muito ricas; no entanto, isso parecia ser aceitável para seus eleitores, que estavam, na verdade, procurando alguém que fosse bem-sucedido, mas tivesse os mesmos valores que os deles. As pessoas que votaram em Perot se sentiram inspiradas por alguém “bem-sucedido” e que mostrou competência e habilidade. “Quando os apoiadores

⁵³ É o caso de movimentos extrapartidários e populares de contestação, como Girotondi (Itália em 2002), Occupy Wall Street (Estados Unidos em 2011) e Indignados (Espanha em 2011). Existe um estilo de retórica populista, mas ainda não existe um poder populista; o discurso antirrepresentativo é expresso por um movimento social que quer ser independente dos governantes eleitos, quer resistir a se tornar uma entidade eleita, não tem nem quer líderes representativos unificando suas reivindicações e quer manter os governantes eleitos sob escrutínio público.

⁵⁴ URBINATI, N. *Democracy Disfigured: Opinion, Truth and the People*. Cambridge: Harvard University Press, 2014, cap. 3.

de Perot falavam sobre ‘nós’ contra ‘eles’, se referiam ao povo – todo o povo – contra os políticos.”⁵⁵ Assim, milionários como Berlusconi, Perot e Trump se enquadram na retórica populista *antiestablishment*, pois “podem ser considerados representantes mais autênticos do povo do que líderes com um *status* socioeconômico mais comum”⁵⁶.

Ser algum do povo não significa ser puro no sentido de moralidade subjetiva. Berlusconi, como muitos homens comuns de seu país, praticou o que na campanha de Trump foi chamado de “conversa de vestiário”. Ser um homem do povo também era o objetivo de Alberto Fujimori, cuja campanha em 1990 foi elaborada com o *slogan* não elitista “Um presidente como você”⁵⁷. A lista pode continuar e incluir todos os líderes populistas.⁵⁸ Como os cidadãos comuns, Trump tentou contornar a lei e tirar vantagem das brechas fiscais; teve orgulho de confessar durante sua campanha que utilizou todos os meios legais à sua disposição para não pagar impostos ou pagar o mínimo possível. Assim, em suma, os eleitores populistas não queriam que Berlusconi ou Fujimori ou Trump fossem puros como santos, porque eles próprios não eram. A imoralidade subjetiva não é um problema. A questão é o exercício do poder.

A hostilidade do populismo é contra o *establishment* político, que tem o poder de conectar as várias elites sociais e desafiar a igualdade política.⁵⁹ As elites se combinam (na Itália, a palavra de ordem popular para elas é *la casta*). É também isso que torna o populismo capaz de tirar proveito do descontentamento endógeno da democracia com a atitude dominadora de poucos sobre muitos. Com efeito, a crítica às elites políticas esteve na origem das várias transformações do governo representativo ao longo

⁵⁵ KAZIN, M. *The Populist Passion: An American History*. New York: Basic Books, 1995, pp. 280-1.

⁵⁶ MUDDE, C. Populism: an Ideational Approach. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. (eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 28.

⁵⁷ LEVISTKY, S.; LOXTON, J. Populism and Comparative Authoritarianism: the Case of Fujimori's Peru. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 167.

⁵⁸ *Ibidem*, pp. 162.

⁵⁹ MILLS, C. W. *The Power of Elite*. Oxford/London: Oxford University Press, 1956.

de sua história; como mostra Manin⁶⁰, a democracia partidária também nasceu de um grito *antiestablishment* contra o parlamentarismo liberal e seu governo de notáveis. O que a tradução populista da democracia cuidadosamente ignora é que o processo promovido pela prática democrática não é negar a liderança, mas pluralizá-la. Essa é a condição que torna a contagem de votos e a regra da maioria coessenciais para a democracia; essa é também a condição que torna a representação eleitoral uma política de pluralismo e a assembleia legislativa uma assembleia não unânime. Retomando a intuição de Kelsen, uma democracia “não é uma sociedade sem líder. Não é a falta, mas a abundância de líderes que, na realidade, diferencia a democracia da autocracia. Assim, um método especial para a seleção de líderes da comunidade de súditos torna-se essencial para a própria natureza da democracia real. Esse método é a eleição”.⁶¹

Os populistas têm uma relação singular com as eleições. Eles usam-nas como estratégia para revelar uma maioria que, para eles, já existe no país e que o líder traz à tona e faz vitoriosa. Para os populistas, as eleições são como um ritual que celebra o povo autêntico, tratando a oposição como não completamente legítima; a oposição é de fato tolerada como corpo estranho e força conspiratória. Nos discursos do líder, sua maioria não é uma maioria entre outras; é a verdadeira maioria, cuja validade não é meramente numérica, mas principalmente ética (moral e cultural), autônoma e superior aos procedimentos eleitorais. O populismo aspira a alcançar o poder por meio da competição eleitoral, mas usa as eleições como plebiscitos que servem para provar ao público a força do vencedor, em vez de avaliar as várias reivindicações representativas.⁶² Assim, meu argumento é que, se for bem-sucedido, o populismo tenta em casos extremos constitucionalizar sua maioria particular, e o faz dissociando sua visão do povo de qualquer pretensão de imparcialidade, em vez disso, colocando em cena a identificação de uma parte (a parte “boa”) da

⁶⁰ MANIN, B. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

⁶¹ KELSEN, H. *The Essence and Value of Democracy*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013 [1929], p. 91.

⁶² TARCHI, M. *Italia populista. Dal qualunqueismo a Beppe Grillo*. Bologna: Il Mulino, 2015.

população com o governante que a representa (*pars pro parte*). Isso torna o populismo diferente do fascismo, que não precisa de eleições para provar sua legitimidade e torná-lo efetivamente uma forma de majoritarismo radical que usa o ritual das eleições para mostrar seu poder por meio da contagem de votos.⁶³

Claro, em uma democracia a maioria sempre dirige o governo e molda a política do país de acordo com seus planos, que os eleitores apoiaram. Como nos lembra Przeworski⁶⁴, votos são poder, e a maioria tende a governar com toda a força e determinação que as instituições e a Constituição permitem. Mas a maioria populista é diferente, pois não é apenas uma afirmação da força eleitoral. Uma maioria populista se instala no poder não como um vencedor temporário, mas como se fosse o vencedor certo, com a missão de trazer de volta o país “esquecido” e “verdadeiro”, como afirmou o discurso de posse do presidente Trump. Mesmo que um governo populista não extinga as eleições, e seu quórum seja em princípio transitório, a abordagem *como se* do princípio da maioria faz toda a diferença. A ficção *como se* é representacional e opera no domínio da crença. Governar *como se* o governo fosse a expressão de apenas uma maioria verdadeira e justa é uma modalidade que incentiva a mobilização permanente do público. Sem suspender as eleições e o voto livre e secreto, um governo populista usa a propaganda e a comunicação para ofuscar a oposição e fazê-la sentir-se impotente para desafiar a maioria existente. Um regime populista é, portanto, reconhecível pela maneira como humilha a oposição política e propaga a convicção de que a oposição é moralmente ilegítima porque não é feita do povo “justo” e pela maneira como faz da audiência sua voz amplificadora – a voz que expressa é considerada muito mais relevante do que as eleições. Tal regime é capaz de criar um clima no qual a maioria pode ser tentada e prontificada a operar à custa dos direitos e da legitimidade das minorias rejeitadas.

⁶³ URBINATI, N. Populism and the Principle of Majority. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. (eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

⁶⁴ PRZEWORSKI, A. Minimalist Conception of Democracy: a Defense. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDÓN, C. *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Sua relação arrogante com os procedimentos democráticos torna o governo populista uma versão autoritária de como a democracia deve ser implementada, em que o termo autoritário se refere a um líder eleito que governa como um líder de sua maioria desdenhando o pluralismo e o princípio de uma oposição. O populismo no poder é uma construção ideológica que descreve apenas uma parte do povo como legítima. Assim, uma vez eleito, o líder se sente autorizado a agir unilateralmente e a tomar decisões sem consulta ou mediações institucionais significativas, enquanto em comunicação permanente com o povo fora do governo, a fim de assegurar-lhes que eles são os donos do jogo enquanto ele é seu cavaleiro, como Trump insinuou repetidas vezes. A “ideologia delgada” da política da moralidade esconde uma estratégia clara de tomada do poder que tem um domínio intolerante em seu cerne constitutivo. Isso fica evidente na forma como a vitória eleitoral populista é interpretada: como “retomar o país”, como se o povo não estivesse representado antes da eleição do líder populista. A implicação dessa afirmação não inocente é que todas as maiorias anteriores eram ilegítimas e que maltratá-las e depreciá-las é certo.

É, portanto, inadequado considerar o populismo uma ideologia do povo que pretende mobilizar o povo contra o *establishment* ou que quer mobilizar o povo para alcançar sua própria emancipação. Seria mais apropriado dizer que os líderes populistas usam essa imagem *antiestablishment* para fazer com que o povo se identifique com eles e, além disso, acredite que sua fé no líder populista ajudará em sua emancipação, vingando-o da outra parte ou partes da população – o mais importante é que os líderes farão esse trabalho por ele.⁶⁵ Em vez de uma espécie de democracia direta, o populismo é uma forma de “representação direta”⁶⁶. Emprego esse oxímoro para dar sentido ao seguinte fato empírico: a construção do líder como representante do povo verdadeiro ocorre por meio de sua comunicação direta e permanente com a audiência (que os novos meios eletrônicos facilitam). Ele é o agente representativo que é “direto” na sua relação com os cidadãos; o líder populista ignora associações

⁶⁵ ROBERTS, K. M. Populism, Political Mobilization, and Crisis of Political Representation. In: DE LA TORRE (ed.). *The Promise and Perils of Populism: Global Perspectives*. Lexington: University Press Kentucky, 2015.

⁶⁶ URBINATI, N. A Revolt against Intermediary Bodies, *Constellations*, v. 22, n. 4, 2015.

intermediárias, como partidos e meios de comunicação tradicionais, e mantém comunicação cotidiana com o “seu povo” para provar que está sempre identificado com eles e não com um novo *establishment*.

De maneira didática, a trajetória do líder populista começa com o ataque ao *establishment* político. Uma vez que ele tenha alcançado a maioria eleitoral, tem de continuar humilhando as outras elites e instituições do Estado que obstruem seu governo, e atacando os freios e contrapesos e as instituições independentes que limitam o seu poder (por exemplo, a burocracia) – provando incessantemente que ele não é e nunca será um novo *establishment*. Assim, os líderes populistas enfrentam duas tentações, a primeira mais benigna do que a segunda. Primeiro, tentam permanecer em uma campanha eleitoral permanente a fim de reafirmar sua identificação com o povo e assegurar ao público que estão travando uma batalha titânica contra o *establishment* entrincheirado a fim de preservar a sua pureza. [O presidente Hugo Chávez da Venezuela “passou mais de 1.500 horas denunciando o capitalismo no *Hola Presidente*, seu próprio programa de TV”⁶⁷. Na Itália, o primeiro-ministro Berlusconi foi, durante anos, uma atração diária tanto nas estações de televisão estatais quanto privadas. O presidente Trump está no Twitter noite e dia para atacar seus adversários e travar guerras simbólicas contra os muitos inimigos da América.] Em segundo lugar, o líder pode querer mudar as regras e a Constituição existente para fortalecer o seu poder de decisão.

A construção de uma soberania mais inclusiva e a injeção de mais mobilização vinda de baixo, que essas duas estratégias importam, não são necessariamente favoráveis à democracia e, na verdade, podem vir às custas da democracia⁶⁸. Nos países em que a revisão constitucional se baseia essencialmente na maioria parlamentar, embora qualificada e às vezes acompanhada de referendos, os líderes populistas ou partidos com poder suficiente não se contentam em simplesmente ganhar a maioria, mas querem um poder mais ilimitado. Além disso, querem permanecer

⁶⁷ MOROZOV, E. *The Dark Side of Internet Freedom: The New Delusion*. New York: Public Affairs, 2011, p. 113.

⁶⁸ ROBERTS, K. M. Populism and democracy in Venezuela under Hugo Chávez. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 153.

no poder o maior tempo possível; eles “buscarão estabelecer uma nova Constituição populista – tanto no sentido de um novo acordo sociopolítico quanto de um novo conjunto de regras para o jogo político”⁶⁹. Os casos de Hugo Chávez na Venezuela e de Viktor M. Orbán na Hungria se enquadram nessa trajetória quase perfeitamente. Chávez

impôs sua vontade, armado por seu mandato plebiscitário e índices de aprovação de 70% em pesquisas de opinião pública. Ao convocar a nova assembleia constituinte, ele reivindicou “poder superconstitucional”, uma reivindicação posteriormente sustentada pela Suprema Corte, e agiu rapidamente para dissolver as câmaras do Congresso Nacional, bem como as assembleias legislativas estaduais, eliminando efetivamente os controles institucionais sobre o poder executivo que eram localizados em outros órgãos eleitos. Em dezembro de 1999, uma nova Constituição foi redigida e aprovada em outro referendo popular por uma esmagadora maioria de 71,4% dos eleitores, e um comitê foi formado a partir da assembleia constituinte para exercer o poder legislativo no lugar do Congresso Nacional dissolvido.⁷⁰

Em 11 de março de 2013, o Parlamento húngaro, com o Fidesz como seu partido majoritário, aprovou mudanças na Constituição que restringiram o poder do Tribunal Constitucional e os direitos civis, e fomentou uma democracia majoritária. Entre os 22 artigos modificados, há alguns que tornam mais fácil para o governo limitar a liberdade de expressão e de associação política, alguns que criminalizam os moradores de rua que dormem em áreas públicas e alguns que subvertem os princípios constitutivos e o estado de direito, como a separação de poderes e o controle constitucional sobre a formulação de leis. Embora diferentes em conteúdo, essas são histórias de ocupação do Estado por majorias com a ajuda de propaganda orquestrada que faz das minorias e dos oponentes políticos os bodes expiatórios da crise social e econômica da nação.

A mudança constitucional visa congelar a maioria existente em uma permanente. Ao contrário do fascismo, que revoga a limitação de mandato

⁶⁹ MÜLLER, J-W. *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016, p. 62.

⁷⁰ ROBERTS, K. M. Populism and democracy in Venezuela under Hugo Chávez. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 149.

de seu líder executivo e com ele o processo de freios e contrapesos, o populismo não busca uma segurança de ferro e depende da democracia de audiência. Propaganda vitalizadora contra os inimigos nunca totalmente condenados é uma tônica que o líder populista usa para garantir seu apelo por meio de uma construção cotidiana da fé do povo. O líder populista que quiser evitar o risco de se tornar um novo *establishment* deve poder usar dois registros: envolvendo e mobilizando o povo por meio de plebiscito de aclamação, e buscando tipos recorrentes de evidências plebiscitárias de sua amabilidade por meio de sua presença massiva na mídia e frequentes recursos a apelos formais ao povo. Em ambos os casos, o papel da retórica *antiestablishment* é fundamental, pois o líder deve sempre atuar, e não apenas dentro das instituições e por meio de procedimentos e regras, a fim de assegurar ao povo que ele é sempre a sua voz e está em guerra com o *establishment*. O populismo no poder é reconhecível como uma campanha eleitoral permanente.⁷¹

A trajetória do populismo no poder rumo à construção de uma Constituição populista (seja de fato ou formal) me leva à última característica do populismo que precisamos enfatizar para ver seu trabalho de desfigurar a democracia: o fato de ser uma ideologia baseada na confiança pela fé mais do que na confiança pela deliberação livre e aberta (e, portanto, também na dissidência) entre os seguidores e entre eles e o representante. Essa confiança está essencialmente ligada ao seu oposto, a desconfiança. O populismo não cultiva ou realmente não aprecia a ideia de responsabilidade, porque afirma que ter um líder amado e populista é condição suficiente para a confiança. Essa é, obviamente, uma representação imaginária e que pede à sua audiência que renuncie às demandas de demonstração empírica. E, de fato, a ideia do povo que o populismo patrocina é estruturada de forma compatível com esta entrega nas mãos do líder porque, como enfatizei acima, a vitória do populismo não é apenas a vitória da maioria, mas do povo “autêntico”. Na verdade, o povo real é transformado em uma entidade imaginária encarnada no líder, que extrai o povo real do povo empírico que habita um país ou que

⁷¹ MAZZOLENI, G. *Populism and the Media* in ALBERTAZZI, D.; MACDONNELL, D. *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*. London/New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 58.

está sujeito à ordem jurídica de um país.⁷² Como Trump declarou em seu discurso inaugural: “O que realmente importa não é qual partido controla nosso governo, mas se nosso governo é controlado pelo povo. O 20 de janeiro de 2017 será lembrado como o dia em que o povo se tornou o governante desta nação novamente. Os homens e mulheres esquecidos de nosso país não serão mais esquecidos”.

A identificação da confiança com a fé neutraliza o sentido das eleições, como Schmitt deixou claro ao criticar o então moribundo parlamentarismo.⁷³ Ao oferecer um argumento aos autoritários de sua época, Schmitt negou a responsabilidade eleitoral como um conceito liberal que pressupõe um tipo de relação transacional, peculiar ao mercado e não à política. O povo – o verdadeiro povo existente da nação – é o soberano certo, e ninguém de fora pode questioná-lo ou limitá-lo; portanto, a manifestação pública do consentimento do povo na forma de identificação e aclamação de seu líder é a única responsabilidade válida porque é a verdadeiramente política, não processual e formal, não mediada, mas imediata.⁷⁴ O poder de aclamação do povo é a prova de sua força e da legitimidade de seu líder.

Isso me leva a argumentar que o discurso ideológico que opõe o povo autêntico ao *establishment* é como a ponta do *iceberg* sustentado por uma visão de que o povo (representado por seu líder), sendo soberano, não pode estar errado. O povo populista transforma o povo democrático dando-lhe uma determinação social que ele não possui. O povo democrático é uma entidade que muda e passa por infinitas determinações no processo de opinião e vai se formando de uma maioria a outra. Os populistas, em contraste, sentem que, “visto que são o povo, não podem estar errados; visto que o povo é soberano, não pode perder. Assim, quando os populistas se encontram na oposição eleitoral, eles veem isso como uma injustiça flagrante que exige “retomar” o país daqueles que o roubaram do povo autêntico”.⁷⁵ A observação de Berlin foi presciente: “O populismo não pode ser um movimento conscientemente minoritário. Falsa ou verdadeiramente,

⁷² ARATO, A. Political Theology and Populism, *Social Research*, v. 80, n. 1, 2013.

⁷³ SCHMITT, C. *Constitutional Theory* [Trans. ed. J. Seitzer]. Durham: Duke University Press, 2008 [1928].

⁷⁴ *Ibidem*, p. 370.

⁷⁵ ESPEJO, P. O. Populism and the People, *Theory Events*, v. 20, n. 1, 2017, p. 94.

representa a maioria dos homens, a maioria dos homens que de alguma forma foram prejudicados”.⁷⁶

Ao afirmar que desejam reinstalar o verdadeiro povo no poder, os populistas revelam uma interpretação ontológica e antiprocedimental do povo e da maioria.⁷⁷ Eles reivindicam uma forma de democracia em que a questão de quem governa ou usa os procedimentos adquire muito mais relevância do que a questão de como os procedimentos são operados e usados. Os cientistas políticos chamam isso de “legalismo discriminatório” – a atitude de “tudo para meus amigos; para meus inimigos, a lei”⁷⁸. Uma tradução teórica dessa factualidade sugeriria que a conectássemos ao paradigma *ad personam* de legalidade versus *erga omnes*, que é a tradução da lógica de *pars pro parte* versus *pars pro toto*. Vamos explorar brevemente esse ponto crucial e negligenciado.

Os estudiosos da democracia associam o populismo à estratégia de “vincular um eleitorado cada vez mais indiferenciado e despolitizado a um sistema de governança amplamente neutro e apartidário [...] a democracia populista tende principalmente para uma democracia sem partidos”.⁷⁹ No entanto, a postura *antiestablishment* do populismo revela um projeto que é mais radical e se ajusta a uma esfera de opinião pública para a qual a “democracia sem partido” é expressiva, mas imprecisa. Como dar sentido ao projeto de “democracia sem partido”, visto que o populismo utiliza, ainda que instrumentalmente, os meios partidários em sua luta contra os partidos estabelecidos e, além disso, não pensa em seu partido como idêntico a todo o povo? Essa questão contém um quebra-cabeça que mostra a relação arrogante do populismo com a democracia representativa e constitucional – um quebra-cabeça que pertence à relação entre “a parte” e “o todo”.⁸⁰ Ao

⁷⁶ BERLIN, I. To define populism, *Government and Opposition*, v. 3, n. 2, 1968, p. 175.

⁷⁷ LACLAU, E. Politics and Ideology, *Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: Verso, 2011, p. 189

⁷⁸ WEYLAND, K. The Threat from the Populist Left, *Journal of Democracy*, v. 24, n. 1, 2013, p. 21.

⁷⁹ MAIR, P. Populist Democracy versus Party Democracy. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. *Democracies and the Populist Challenge*. London: Palgrave Macmillan, 2002.

⁸⁰ POLIN, R. *La Liberté de Notre Temps*. Paris: Vrin, 1977; BOBBIO, N. *The Future of Democracy* [Trans. R. Griffin]. Minneapolis: University Minnesota Press, 1987, p. 123.

derrogar o sentido geral indeterminado do povo que pertence à democracia, que é inclusiva de todos os cidadãos porque não se identifica com nenhuma parte da sociedade ou configuração social, vimos acima que o populismo identifica o povo com o que ele classifica como a melhor parte, e torna a maioria a força dominante dessa parte contra a(s) outra(s). Esta é uma mudança radical em relação à democracia representativa, porque é uma lógica que viola a sinédoque *pars pro toto* e promove uma parte (tida como a melhor) contra ou em lugar da(s) outra(s). A lógica do populismo é a glorificação de uma parte. A ficção jurídica do *pars pro toto* pretendia caracterizar as instituições representativas em sua generalidade e não se aplica ao populismo, que rejeita a noção de generalidade.⁸¹ O governo populista é *pars pro parte*. É essencialmente um faccional: representa uma parte (definida como a melhor) que governa abertamente para seu próprio bem, satisfazendo suas próprias necessidades e interesses. Isso torna o populismo um desafio radical ao sistema partidário, à representação eleitoral e à democracia constitucional. Nesse processo de solidificação da ideia político-jurídica do povo, podemos detectar a tentativa do populismo de conseguir uma identificação do povo com uma parte, encarnada por um líder e seus seguidores. O populismo no poder planeja resolver a tensão entre as partes e o todo (que é a essência da democracia representativa) identificando o todo com uma parte. Isso me leva a concluir que é uma substituição de *pars pro parte* por *pars pro toto*: uma declaração explícita da democracia como um regime *da* em lugar de *pela* maioria.

Se a raiz do populismo no poder não é todo o povo, é realmente incorreto associá-lo à *volonté générale* de Rousseau. A reivindicação de soberania é feita por apenas uma parte do povo, excluindo outra parte que, *ex ante*, é definida como violação do povo.⁸² Na linguagem de Montesquieu, o esquema dualístico (povo *versus establishment*) é o “espírito” do populismo,

⁸¹ A palavra latina *pro* pode significar “em vez de” e “em nome de”; por causa dessa ambiguidade de significado, o paradigma *pars pro toto* tem sido a maneira mais eficaz de traduzir a condição de representação política, que é estruturalmente aberta à contestação e ao pluralismo por causa de seu duplo impulso. Atribuí-lo ao populismo seria inapropriado porque o populismo busca resolver essa ambiguidade quando declara seu povo o “certo” [KELSEN, H. *General Theory of Law and State*. Tradução de A. Wedberg. Union: Lawbook Exchange, 1999 [1945], pp. 291-92, nota de rodapé].

⁸² CANOVAN, M. *Populism*. New York/London: Harcourt Brace Jovanovich, 1981, p. 277.

o que o torna diferente de todos os partidos existentes que lutam pelo poder. Por meio dele, a democracia corre o risco de se tornar o poder governante de uma maioria específica que se apresenta e governa como um “partido holístico”⁸³, ou como uma parte que age como se fosse a única maioria boa, que as eleições revelam, mas não criam, e como se a oposição não pertencesse ao mesmo povo. A diferença entre populismo e transformação autoritária reside principalmente nesse esquema ficcional de ação política.

O populismo consiste em uma desfiguração dos princípios democráticos da maioria e do povo, de uma forma a celebrar um subconjunto do povo por meio de seu líder, que usa o apoio da audiência para purificar as eleições de seu caráter formal e processual. Nesse sentido, a ambição do populismo é construir novas formas de soberania popular que aumentem a inclusão parcial, que existem às custas da democracia como maioria/oposição ou um jogo aberto de contestação e competição pelo governo. Certamente, esses resultados não são inevitáveis, pois o populismo não é um movimento antidemocrático, mas sua possibilidade está contida no projeto populista de afirmação antinormativa do povo. Isso pode levar o populismo a colidir com a democracia constitucional, mesmo que seus princípios fundamentais estejam inseridos no universo democrático de significados e linguagem.

Conclusão

O populismo contemporâneo não é produto de alguma força malévola, mas do próprio modelo de democracia representativa e constitucional que estabilizou nossas sociedades após a Segunda Guerra Mundial. O sucesso desse modelo em enterrar o totalitarismo e favorecer o crescimento econômico por várias décadas corre o risco de congelá-lo em um esquema eternizado que funciona como uma gaiola – seja servindo aos interesses de democratas genuínos, que pensam que esse é o único modelo que pode tornar a participação segura e capaz de fornecer decisões eficazes, seja servindo aos interesses dos céticos da democracia, que pensam que ela simplesmente dá aos cidadãos a ilusão de governar enquanto legítima o

⁸³ ROSENBLUM, N. *On the Side of the Angels: An Appreciation of Parties and Partisanship*. Princeton: Princeton University Press, 2008, cap. 1.

poder de uma elite. O que falta na literatura sobre populismo é a consciência da historicidade e especificidade do contexto que chamamos de democracia liberal, termo que se tornou sinônimo de democracia. No entanto, transformar a democracia em uma ideologia inibe uma compreensão crítica de suas formas e realizações – na verdade, de sua historicidade. Também ofusca a relação entre as condições sociais de cidadania e as formas políticas de participação. Limita a democracia a um paradigma abstrato de normatividade que não pode explicar construções ideológicas, divisões partidárias e o trabalho retórico de justificação, que não é imparcial nem desencarnado. No final das contas, ver a democracia como uma ideologia nos deixa sem argumentos contra os adversários políticos internos da democracia. A tese que proponho neste artigo é que o populismo no poder é uma nova forma de governo misto, em que uma parte da população atinge um poder preeminente sobre a(s) outra(s), e que compete com a democracia constitucional na união de uma representação específica do povo e da soberania do povo. Ela atinge essa fusão instando o que chamo de representação direta, uma espécie de democracia que se baseia na relação direta entre o líder e o povo. Para compreender e avaliar criticamente o populismo, temos de assumir a democracia em sua forma representativa e partidária, condição pouco apreciada na atual teoria da democracia, seja processual ou deliberativa.

Bibliografia

ANDERSON, P. *The H-Word: The Periphery of Hegemony*. London: Verso, 2017.

ARATO, A. Political Theology and Populism, *Social Research*, v. 80, n. 1, pp. 143-72, 2013.

ARATO, A. How We Got Here: Transition Failures, their Causes, and the Populist Interest in the Constitution. Oct. 11, *Public Sem*, 2017. Disponível em: <<http://www.publicseminar.org/2017/10/how-we-got-here/>>. Acesso em janeiro 2018.

ARDITI, B. *Politics on the Edges of Liberalism: Difference, Populism, Revolution, Agitation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

BERLIN, I. To Define Populism, *Government and Opposition*, v. 3, n. 2, pp.137-79, 1968.

BERLIN, I. *The Roots of Romanticism*. Edição de H. Hardy. Princeton/ Oxford: Princeton University Press, 1999.

BOBBIO, N. *The Future of Democracy*. Tradução de R. Griffin. Minneapolis: University Minnesota Press, 1987.

CANOVAN, M. *Populism*. New York/London: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.

CANOVAN, M. "Trust the People!" Populism and the Two Faces of Democracy, *Political Studies*, v. 47, n. 1, pp. 2-16, 1999.

CANOVAN, M. Taking Politics to the People: Populism as the Ideology of Democracy. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Eds.) *Democracies and the Populist Challenge*. London: Palgrave Macmillan, 2002, pp. 25-44.

CANOVAN, M. *The People*. Cambridge: Polity, 2005.

DE LA TORRE, C. *Populist Seduction in Latin America*. Athens: Ohio State University Press, 2010.

D'ERAMO, M. Populism and the New Oligarchy [Trans. G. Elliott], *New Left Review*, n. 82, pp. 5-28, 2013.

DERRIDA, J. *Limited Inc.* Tradução de S. Weber. Evanston: Northwestern University Press, 1988.

DI TELLA, T. Populism and Reform in Latin America. In: VÉLIZ, C. (ed.) *Obstacles to Change in Latin America*. London: Oxford University Press, pp. 47-73, 1970.

ERREJÓN, I.; MOUFFE, C. *Podemos in the Name of the People*. London: Lawrence & Wishrat, 2016.

ESPEJO, P. O. Populism and the People, *Theory Events*, v. 20, n. 1, pp. 92-99, 2017.

FINCHLSTEIN, F. *From Fascism to Populism in History*. Oakland: University California Press, 2017.

FINCHLSTEIN, F.; URBINATI, N. On Populism and Democracy, *Populism* v. 1, n. 1, pp. 1-24, 2018.

FRANK, J. *Constituent Moments: Enacting the People in Postrevolutionary America*. Durham: Duke University Press, 2010.

GERMANI, G. *Authoritarianism, Fascism, and National Populism*. New Brunswick: Transaction Books, 1978.

GRIFFIN, R. The "Post-Fascism" of Alleanza Nazionale: a Case Study in Ideological Morphology, *Journal of Political Ideologies*, v. 1, n. 2, pp. 123-45, 1996.

HOFSTADER, R. *The Age of Reform*. New York: Knopf, 1956.

IONESCU, G.; GELLER, E. (Eds.). *Populism*. London: Macmillan, 1969.

KAZIN, M. *The Populist Passion: An American History*. New York: Basic Books, 1995.

KELSEN, H. *General Theory of Law and State*. Tradução de A Wedberg. Union: Lawbook Exchange, 1999 [1945].

KELSEN, H. *The Essence and Value of Democracy*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013 [1929].

KNIGHT, A. Populism and Neo-populism in Latin America, especially Mexico, *Journal of Latin American Studies*, v. 30, n. 2, pp. 223-48, 1998.

LACLAU, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.

LACLAU, E. Populism: What's in a Name? In: PANIZZA, F. (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, pp. 32-49, 2005.

LACLAU, E. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: Verso, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso, 2001.

LEVISTKY, S.; LOXTON, J. Populism and Comparative Authoritarianism: the Case of Fujimori's Peru. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (Eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 160-81, 2013.

MACPHERSON, C. B. *Democracy in Alberta: The Theory and Practice of a Quasi-Party System*. Toronto: University Toronto Press, 1953.

MAIR, P. Populist Democracy versus Party Democracy. In: MÉNY, Y.; SUREL, Y. *Democracies and the Populist Challenge*. London: Palgrave Macmillan, 2002. pp. 81-98.

MANIN, B. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAZZOLENI, G. Populism and the Media. In: ALBERTAZZI, D.; MACDONNELL, D. *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*. London/New York: Palgrave Macmillan, pp. 49-64, 2008.

MCCORMICK, J. P. *Machiavellian Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MÉNY, Y.; SUREL, Y. *Democracies and the Populist Challenge*. London: Palgrave Macmillan, 2002.

MILLS, C. W. *The Power of Elite*. Oxford/London: Oxford University Press, 1956.

MOFFITT, B. *The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MOROZOV, E. *The Dark Side of Internet Freedom: The New Delusion*. New York: Public Affairs, 2011.

MOUFFE, C. The "End of Politics" and the Challenge of Right-Wing Populism. In: PANIZZA, F. (Ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, pp. 50-71, 2005.

MOUFFE, C. The Populist Moment, 2016. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/chantal-mouffe/populist-challenge>>. Acesso em maio 2017.

MOUNK, Y. *The People versus Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

MUDDE, C. The Populist Zeitgeist, *Government and Opposition*, v. 39, n. 3, pp. 541-63, 2004.

MUDDE, C. Populism: an Ideational Approach. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. (eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 28-54, 2017.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. Populism and (Liberal) Democracy: a Framework for Analysis. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (Eds.). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 205-22, 2013.

MÜLLER, J-W. Towards a Political Theory of Populism, *Notizie Politeia*, v. 107, pp. 19-29, 2012.

MÜLLER, J-W. *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MURILLO, M. V. La historicidad del pueblo y los límites del populismo, *Nueva Sociedad*, Marzo-Abril, pp. 165-74, 2018.

NORRIS, P. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

O'DONNELL, G. Delegative Democracy, *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, pp. 55-69, 1994.

PERUZZOTTI, E. Populism in Democratic Times: Populism, Representative Democracy and the Debate on Democratic Deepening. In: DE LA TORRE, C.; ARNSON, C. J. (Eds.) *Latin American Populism in the Twenty-First Century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 61-84, 2013.

POLIN, R. *La liberté de Notre Temps*. Paris: Vrin, 1977.

PRZEWORSKI, A. Minimalist Conception of Democracy: a Defense. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDÓN, C. *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 23-55.

RIKER, W. R. *Liberalism against Populism: A Confrontation Between the Theory of Democracy and the Theory of Social Choice*. Long Grove: Waveland, 1982.

ROBERTS, K. M. Populism and Democracy in Venezuela under Hugo Chávez. In: MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. (Eds.). *Populism in Europe and the Americas:*

Threat or Corrective for Democracy? Cambridge: Cambridge University Press, pp. 136-59, 2013.

ROBERTS, K. M. Populism, Political Mobilization, and Crisis of Political Representation. In: DE LA TORRE (Ed.). *The Promise and Perils of Populism: Global Perspectives*. Lexington: University Press Kentucky, 2015, pp. 140-58.

ROSANVALLON, P. *La Contre-Democratie. La Politique a l'Age de la Defiance*. Paris: Seuil, 2006.

ROSENBLUM, N. *On the Side of the Angels: An Appreciation of Parties and Partisanship*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

SAFFON, M. P.; GONZÁLEZ-BERTOMUE, J. F. Latin American Populism: an Admissible Trade-Off between Procedural Democracy and Equality?, *Constellations*, v. 24, pp. 416-31, 2017.

SCHMITT, C. *Constitutional Theory* [Trans. ed. J. Seitzer]. Durham: Duke University Press, 2008 [1928].

SHILS, E. *The Torment of Secrecy*. Glencoe: Free Press, 1956.

SKOCPOL, T.; WILLIAMSON, V. *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism*. New York: Oxford University Press, 2012.

TAGGART, P. *Populism*. London: Open University Press, 2000.

TAGUIEFF, P-A. Populism and Political Science: from Conceptual Illusions to Real Problems, *Vingtième Siècle Revue d'histoire*, v. 56, n. 4, pp. 4-33, 1997.

TARCHI, M. *Italia populista. Dal qualunquismo a Beppe Grillo*. Bologna: Il Mulino, 2015.

TRAVERSO, E. *Les Nouveaux Visages du Fascisme*. Paris: Textuel, 2017.

URBINATI, N. Democracy and Populism. In: *Constellations*, v. 5, n. 1, pp. 110-24, 1998.

URBINATI, N. *Democracy Disfigured: Opinion, Truth and the People*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

URBINATI, N. A Revolt against Intermediary Bodies, *Constellations*, v. 22, n. 4, pp. 477-86, 2015.

URBINATI, N. Populism and the Principle of Majority. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 571-89, 2017.

WALICKI, A. Russia. In: IONESCU, G.; GELLER, E. (Ed). *Populism*. London: Macmillan, 1969, pp. 62-96.

WEYLAND, K. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics, *Comparative Politics*, v. 24, n.1, pp. 1-22, 2001.

WEYLAND, K. The Threat from the Populist Left, *Journal of Democracy*, v. 24, n. 1, pp. 18-32, 2013.